



UM OLHAR SOBRE A TRAJETÓRIA POLÍTICA DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL

Suzanna Neves Ferreira¹, Halline Mariana Santos Silva²

¹Universidade Federal de Goiás/ suzanna.pedagogia@gmail.com

²Universidade Federal de Goiás/ hallinemariana@hotmail.com

Resumo:

Nesta pesquisa realizamos análise da trajetória histórica e política do livro didático, bem como os programas para o livro didático no Brasil. O objetivo é analisar as políticas criadas para o livro didático. Optamos por desenvolver uma pesquisa com abordagem qualitativa e levantamento bibliográfico. O caminho percorrido se baseou em levantamento bibliográfico dos livros escritos por Bittencourt (1996), Soares (1996) e Lajolo (1996); entre outros autores. Ao analisarmos os programas criados para o livro didático no Brasil, compomos o seguinte escopo: destacamos as transformações ao longo do tempo; as influências que cada momento histórico impactou as transformações dos programas oficiais, direcionando o livro didático; desvelando que a função do livro didático estivesse compatível com demandas econômicas, políticas e sociais, no limite, servido para um determinado direcionamento do currículo.

Palavras-chave: Livro didático; Políticas; PNDL.

1. Introdução

Professores e professoras têm em suas mãos cotidianamente livros didáticos, no entanto poucos param para refletir sobre a história desses materiais. Um olhar sobre o livro didático no Brasil aponta para a história do ensino no nosso país, as práticas escolares e as mudanças nos conteúdos, alterações que são explicadas pelas transformações econômicas, políticas e sociais de cada época.

Nesse sentido, vemos a importância e a necessidade de se manter uma reflexão sobre o uso e a qualidade do livro didático. Em termos metodológicos desenvolvemos uma pesquisa com abordagem qualitativa, foram feito levantamento bibliográfico dos livros escritos por Bittencourt (1996), Filgueiras (2011), Lajolo (1996) e Soares (1996); entre outros autores que encontramos neste percurso, outras fontes bibliográficas além dos livros foram consultadas, teses e dissertações,

A pesquisa apresentada é relevante pela contemporaneidade do tema discutido, pois precisamos entender a história dos livros didático no Brasil e as diretrizes educacionais e governamentais para que a partir destes levantamentos possamos compreender a função que

os livros didáticos desempenham nas escolas e as formas de trabalhar com ele como um instrumento auxiliador de aprendizagem para os alunos.

Analisando a trajetória do livro didático no nosso país, somos capazes de compreender a função que hoje o livro didático impele nas escolas e qual é a sua ligação com a sociedade.

No exercício da docência professores e professoras necessitam refletir sobre as dimensões do livro didático, só por meio da reflexão será possível levantar questionamentos sobre os conteúdos e objetivos pretendidos nas páginas dos livros didáticos. A formação docente tem um peso ímpar na contribuição destas questões.

Propomos uma reflexão sobre os programas criados para o livro didático no Brasil, para melhor compreensão do tema discutido este trabalho foi dividido em partes, cada tópico discute um momento específico dos programas já criados. Entendemos que essa reflexão não se esgota nesse trabalho, que ao contrário, deve propor outras reflexões que possam levar a novos conhecimentos sobre o livro didático.

2. Programas para o livro didático no Brasil: Avanços e transformações

Nas pesquisas que realizamos para encontrarmos o que já foi abordado e publicado sobre livro didático concordamos que “O caso do livro didático, embora haja uma crescente investigação sobre ele, existem poucos trabalhos que o abordam em uma dimensão histórica” (BITTENCOURT, 1996, p. 02). Abordar a trajetória do livro didático na sua dimensão histórica é indispensável para refletimos sobre sua função na sociedade em que vivemos.

Abordar a trajetória histórica política do livro didático no Brasil estabelece um assunto “complexo, pois, embora seja alvo de críticas diversas, algumas delas arrasadoras, o livro didático tem uma história surpreendente no Brasil, e anterior à constituição da rede educacional tal como conhecemos hoje (ZANCHETTA, 2003, p. 73)”, o livro didático é um dos recursos didáticos mais antigos, tal como o caderno, o quadro-negro e o giz e na cultura escolar.

O livro didático assume um papel de destaque no cenário educacional brasileiro em 1929 é quando o Estado cria o Instituto Nacional do Livro (INL)¹, um órgão específico para

¹ Para levantamento da trajetória histórica do livro didático no Brasil, foi consultado o site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), os históricos são dos últimos 80 anos. O texto original na íntegra está disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>.

legislar a propósito das políticas do livro didático, colaborando para maior legitimidade ao livro didático nacional.

As políticas educacionais continuam avançando posterior ao INL a criação em 1938 da Comissão Nacional do Livro didático (CNLD)² Por meio do Decreto-Lei nº 1.006, de 30/12/38, estabelecendo sua primeira política de legislação e controle de produção e circulação do livro didático no Brasil. A comissão era formada inicialmente por sete pessoas sendo necessário que todas fossem especialistas, das quais duas fossem especializadas em metodologia das ciências; três em metodologia das línguas e as outras duas em técnicas, ainda era exigido, que os membros da CNLD não tivessem ligações comerciais com editoras sejam elas no país ou no exterior.

3. O livro didático e o regime militar: novos programas

O Brasil passa por transformações na década de 60, um fato que marca mais precisamente é o regime militar que se instalou no Brasil de 1964 á 1985. Neste período o Brasil passa por transformações em diversos aspectos, o setor educacional, foi um dos mais importantes para a nova ideologia que estava no poder, e o livro didático recebeu um olhar político, sendo o livro didático de grande relevância para difusão de novas ideologias. De acordo com Castro (2005):

[...] no auge da ditadura militar, demonstra o caráter cercado das ideias e da livre expressão, ações próprias dos períodos onde um pequeno grupo controla o político, social, econômico e cultural de toda uma sociedade. Portanto, as instituições que lidam com a cultura e a educação, a biblioteca e a escola, por exemplo, são diretamente atingidas e os profissionais que nelas atuam, ao assumirem uma atitude de concordância com os modos de transmissão do saber ou censurar o que deve ser posto à mão do leitor, contribuem sem dúvida para a reprodução do regime estabelecido (CASTRO, 2005, p. 99-100).

Novos programas e políticas para os livros didáticos foram criados no período que se estabeleceu a ditadura militar no Brasil, foram criados novos órgãos responsável pela produção do livro didático.

² O Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938, estabelece as condições de produção, importação e utilização do Livro Didático. Decreto disponível na íntegra, acesse <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), foi criada em 1966 fruto de acordos assinados entre Ministério da Educação e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional conhecido como acordos MEC-USAID.

Decreto nº 59.355 de 4 de outubro de 1966 institui COLTED, neste momento é implementado o financiamento a partir de verbas públicas do livro didático no Brasil pelo governo, fica estabelecido a COLTED a finalidade de estimular, orientar, coordenar e executar as atividades do Ministério da Educação (MEC) relacionados com a edição e distribuição de livros técnicos e de livros didáticos.

“A COLTED, já criada, veio atender ao Acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) para a distribuição gratuita de 51 milhões de livros no período de três anos” (CURY, 2009, p. 2009), ao garantir financiamento do governo, a COLTED garantiu a continuidade do programa.

A COLTED foi extinta em 9 de junho de 1971. Por meio do Decreto nº 68.728 que ministra sobre a política do livro técnico e do livro didático e dá outras providências, incorporando as funções da COLTED ao INL.

O Instituto Nacional do Livro (INL) em 1971 passa a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), assumindo as atribuições dos recursos financeiros até então a cargo da COLTED.

Em 1967, é criada a Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME) instituída pela lei nº 5.327, de 2 de outubro de 1967. A FENAME tinha por finalidade a produção e distribuição de material didático de modo a contribuir para a melhoria de sua qualidade, preço e utilização.

A partir de 1976, por meio do Decreto nº 77.107 de 04 de fevereiro, decreta que com a extinção do INL a FENAME torna-se responsável pela execução do Programa do Livro Didático (PLD). De acordo com Filgueiras (2015) a FENAME permaneceu com a produção de materiais escolares por toda década 70 ao mesmo tempo em que se tornou efetivamente o órgão de decisão das políticas para o livro didático do regime militar.

A FENAME manteve seus trabalhos até 1983, em sua substituição é criada Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) pela Lei nº 7.091, de 18 de abril de 1983 que Altera a denominação da FENAME, a que se refere à Lei nº 5.327/67, amplia suas finalidades, incorpora o PLIDEF, propõe a participação dos professores na escolha dos livros e amplia o programa incluindo as demais séries do ensino fundamental.

4. Programa Nacional do Livro Didático

Em 1985, através do Decreto nº 91.542 institui o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) com a finalidade de distribuir livros didáticos aos estudantes de escolas públicas. O Decreto nº 91.542 traz diversas mudanças, tais como a participação dos professores na análise e indicação dos títulos dos livros que seriam adotados, a reutilização dos livros nos anos subsequente à sua distribuição.

Em 1996 dá-se início ao processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNLD, o primeiro Guia de livros didáticos é publicado neste ano. De acordo com os dados publicados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) os livros foram avaliados pelo MEC conforme critérios previamente discutidos. Ao olharmos o histórico do PNLD notamos que o processo de avaliação dos livros didáticos vem sendo aperfeiçoado e esta avaliação é aplicada até hoje, são excluídos do Guia do Livro didático todos aqueles livros didáticos que apresentam preconceito, conteúdos desatualizados, erros conceituais e discriminação de qualquer tipo.

A Fundação de Assistência ao Estudante é extinta em 1997, transferindo a responsabilidade pela execução do PNLD para FNDE.

Ao voltarmos um olhar, ainda que brevemente, para a trajetória do livro didático no Brasil, podemos notar que PNLD é o mais antigo dos programas voltados à distribuição de livros didáticos para a rede pública, de acordo com dados divulgados do FNDE iniciou em 1929 e ao longo do tempo o programa foi aprimorado e teve diferentes nomes e formas de execução ao decorrer destes 80 anos.

Um olhar sócio histórico sobre o livro didático no Brasil pode levar-nos a uma história de nosso ensino, das práticas escolares, da transformação das disciplinas ao longo do tempo, tudo isso determinado e explicado pela evolução de políticas culturais, sociais e, conseqüentemente, educacionais (SOARES, 1996, p. 56).

O breve histórico apresentado sobre o percurso percorrido pelo livro didático no Brasil, demonstra suas transformações ao longo do tempo, as influências políticas e ideológicas que agiram nas transformações dos programas.

O livro didático, diferentemente dos demais, sofria intervenções constantes do poder estabelecido, Estado ou Igreja, devendo os editores e autores, submeterem-se aos programas oficiais escolares. A interferência do poder era regulamentada por

legislação e a censura foi uma constante na história dessa literatura (BITTENCOURT, 1996, p. 05).

Dentro dessa perspectiva pudemos perceber que a produção do livro didático no Brasil esteve e está vinculada à centralização política e econômica do momento. Assim sendo, “O livro didático é um objeto cultural contraditório que gera intensas polêmicas e críticas de muitos setores, mas tem sido sempre considerado como um instrumento fundamental no processo de escolarização” (BITTENCOURT, 2004, p. 471).

Apesar de não ser o único instrumento no processo de ensino, o livro didático é um dos fundamentais, pois os livros didáticos cumprem com objetivo da escola de transmitir aos alunos os saberes sistematizados, os livros didáticos “são centrais na produção, circulação e apropriação de conhecimentos, sobretudo dos conhecimentos por cuja difusão a escola é responsável” (LAJOLO, 1996, p.04).

5. Considerações Finais

Com base na pesquisa bibliográfica que realizamos constatamos que mesmo com as melhorias que o livro didático passou não é possível, contudo afirma que havia uma política do livro didático, o que houve foram distintos programas que compunha um papel fundamental dentro de determinado contexto político que o país viveu.

Esses vários programas desde a criação da Comissão Nacional do livro Didático em 1938 e os programas que foram criados posteriormente como: COLTED, FANAME, FAE e PNDL refletiam e refletem as influências de cada momento histórico direcionando o livro didático a função compatível com demandas econômicas, políticas e sociais.

A pesquisa bibliográfica ainda nos possibilitou identificar que o livro didático é um dos instrumentos mais antigos presentes na educação escolar, sobrevivendo há séculos. As reflexões em torno deste objeto nos apontam conhecimentos e habilidades inerentes à profissão docente, como o momento da escolha do livro didático que será utilizado em sala de aula. A formação docente atua diretamente nestas questões, como o professor (a) concebe o livro didático e o tempo que determina para a sua utilização nas aulas.

Como proferimos no início do texto as reflexões aqui apresentadas não tem a finalidade de se esgotar neste trabalho, ao contrário, deve propor outras análises e reflexões possibilitando novos debates e conhecimentos sobre o livro didático e o seu uso em sala de aula.

6. Referências

BITTENCOURT, Circe. Práticas e leitura em livros didáticos. **Revista da Faculdade de Educação**, vol. 22, n 1, 1996.

_____. Em foco: História, produção e memória do livro didático. **Educação e pesquisa** [online]. vol. 30, n.3. p. 471-473, 2004.

CASTRO, César Augusto. Produção e circulação de livro no Brasil: dos jesuítas (1550) aos militares (1970). Enc. BIBLI: **R. eletrônica da Bibl. Ci. Inform.**, Florianópolis, n 20, p.92-103, setembro de 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Livro didático como assistência ao estudante. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v.9, n. 26, p. 119-130, jan/ abr. 2009.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **Os processos de avaliação de livros didáticos no Brasil (1938- 1984)**. Doutorado. PUC/SP. 2011.

_____. As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a Colted e a Fename. **Hist. Educ.** (Online) Porto Alegre v. 19 n. 45, p. 85-102, Jan./abr. 2015.

LAJOLO, Marisa. Livro didático: um (quase) manual de usuário: ____ In: **Em aberto** livro didático e qualidade de ensino. Brasília, ano 16, n. 69. 1996.

SOARES, Magda Becker. Um olhar sobre o livro didático. **Presença Pedagógica**. Belo Horizonte, v 2, n. 12, p. 53-62, nov./dez. 1996.

ZANCHETTA JR, Juvenal. Considerações sobre o livro didático no Brasil. In: SILVA; Marilda da (org.). **Cadernos de formação**: caderno de didática. Programa pedagogia cidadã. São Paulo; Unesp/ Prograd, p. 73-81. 2003.